



DITADURA MILITAR

Filme vencedor do Oscar foi visto por milhões, mas é na política que estão os principais efeitos do longa: o STF voltou a debater a Lei de Anistia, comissões sobre o tema ganharam fôlego e a família Paiva recebeu o atestado de óbito retificado do ex-deputado

O legado político de *Ainda estou aqui*

» RENATA GIRALDI

O legado do filme *Ainda estou aqui* vai muito além da consagração com o Oscar histórico para o Brasil de Melhor Filme Internacional, da retomada da confiança no cinema nacional e do entusiasmo de ouvir falar o nome do país mundo afora. Só por aqui, em três meses, mais de cinco milhões de pessoas assistiram ao longa. Mas é na política que estão os principais impactos do relato sobre a vida de Eunice Paiva e sua luta para o reconhecimento de responsabilidade das autoridades pelo sequestro, pela tortura e pela morte do ex-deputado Rubens Paiva. O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o debate sobre a anistia, o Ministério Público Federal (MPF) reabriu as investigações, as comissões que tratam do assunto ganharam mais força e a família Paiva, enfim, obteve a certidão de óbito retificada. Nela, agora é possível ler que houve uma causa “não natural”, mas violenta e provocada pelo Estado brasileiro.

No mesmo dia da revelação do Oscar, o MPF divulgou um vídeo em que detalha as investigações sobre os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), com destaque para o caso do ex-deputado federal Rubens Paiva, assassinado entre 20 e 22 de janeiro de 1971. A ação apura as circunstâncias de sua morte. A partir da denúncia, apresentada em 2014, cinco agentes de segurança são investigados — apenas dois deles estão vivos.

Há, ainda, outros processos referentes ao período da ditadura. O tema está suspenso porque aguarda interpretação do Supremo para definir se esses crimes são protegidos pela Lei de Anistia ou serão excluídos. Para o Ministério Público, esses atos têm caráter “permanente”, portanto não podem ser abarcados pela lei. Caso o Supremo aceite os argumentos do MPF e determine a punição dos crimes cometidos durante a ditadura, devem ter prosseguimento nas instâncias inferiores.

Suprema Corte

A expectativa é de que, nos próximos dias, o STF defina se a Lei de Anistia vai ser aplicada a casos de desaparecimento de vítimas da ditadura. A estimativa é de que existam por volta de 50 ações criminais que se assemelham ao caso de Rubens Paiva e que ganhariam um novo desfecho, caso o STF assim decida. Os ministros já analisaram

Sony Classics/Divulgação



No filme, Fernanda Torres interpreta Eunice Paiva, mãe do escritor Marcelo Rubens Paiva e viúva do ex-deputado federal Rubens Paiva

Monica Schipper/AFP



O diretor Walter Salles com Fernanda Torres na cerimônia do Oscar

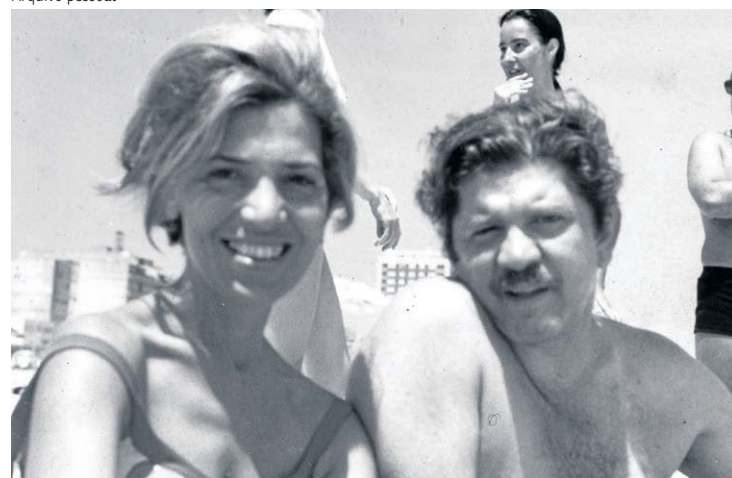
recursos relativos ao ex-deputado, a Mario Alves e ao assassinato de Helber José Gomes Goulart e entenderam que cabe a repercussão geral do assunto. Na prática, significa que deve se aplicar a interpretação em casos que tenham associação aos já julgados.

A sinalização do que deve ocorrer no STF pode ser dada pelo entusiasmo dos ministros com o filme. O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, fez uma declaração de amor ao longa nas redes sociais. “É filme que retrata os males de uma ditadura: arbitrio,

tortura, assassinatos e desaparecimento forçado de pessoas. E faz isso na perspectiva original do sofrimento de uma família. Com arte, poesia e sensibilidade”, disse. “Resgata para o mundo uma história triste, que todos devemos trabalhar para que não se repita.”

No mês passado, o ministro Flávio Dino, do Supremo, afirmou que o filme renovou o debate sobre a Lei de Anistia. Também disse que o plenário da Corte decidirá se a lei deve ser aplicada em casos de ocultação de cadáver. No relatório, o magistrado mencionou o

Arquivo pessoal



Eunice manteve a família unida quando Rubens Paiva foi raptado e morto

livro *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, e a “gigantesca interpretação da Fernanda Torres, como elementos de reflexão que atualizam o debate”.

Comissões

A garra e a determinação de Eunice Paiva, na interpretação majestosa de Fernanda Torres, incentivaram os colegiados que investigam as violações durante o regime militar. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP),

extinta em 2022, foi reinstalada, no ano passado, pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente, o grupo se dedica à análise das ossadas do Cemitério Dom Bosco, chamado de Perus, em São Paulo, para identificar possíveis desaparecidos políticos. Também há buscas de corpos no Araguaia e em cemitérios públicos do Rio de Janeiro e do Recife.

Já a Comissão de Anistia do Brasil, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), é responsável por

analisar os pedidos de reconhecimento e reparação econômica a perseguidos políticos e seus familiares por agentes do Estado.

Segundo a presidente Ana Maria Lima de Oliveira, o filme deu fôlego para o grupo, que tem de arregasar as mangas, pois o que há ali é a necessidade de “reconstrução de terra arrasada”, uma vez que a comissão praticamente parou de funcionar nos quatro anos do governo Jair Bolsonaro.

Para os integrantes das duas comissões, a principal contribuição de *Ainda estou aqui* é, sobretudo, para o fortalecimento da democracia e das instituições. Princípios que devem ser zelados e que permitem, por exemplo, assegurar que situações semelhantes não ocorram novamente.

Resgate da memória

A curiosidade movida pelo filme fez muitos, que jamais se interessaram pela produção nacional, ir ao cinema. De repente, as atrocidades cometidas durante a ditadura e os traumas deixados por esse período passaram a fazer parte do repertório de adolescente e jovens, que mal ouviram falar do período militar nas aulas de história.

A plateia mais heterogênea lotou as salas do país: adultos maduros se sentaram ao lado de estudantes de ensino médio. Em comum, o encantamento pelo longa. Aplausos, assovios e frases de “Anistia nunca mais”.

Paralelamente, Fernanda Torres, indicada ao Oscar e a melhor das embaixadoras que a cultura brasileira poderia ter, fazia bonito no exterior. Ora em inglês, como em um passe de mágica, ela respondia em francês e, em italiano. Sempre com a mesma simpatia, graça e espontaneidade. A atriz que virou meme, boneco de Olinde, máscara e fantasia de carnaval, também estampou as principais revistas estrangeiras e deu entrevistas nas emissoras mais importantes do mundo.

Assim, o Brasil, pela sétima arte, deixou de ser lembrado apenas pelo futebol e samba e passou a ser reconhecido também por saber fazer cinema e ter uma história política de dor, que não pode nem deve ser ignorada. Um legado a ser mantido, jamais abandonado, porque a história não se repete, quando muito, há episódios que se assemelham a outros já ocorridos, mas como o mundo e as pessoas são outras, as circunstâncias não são iguais. O que vale é que *Ainda estou aqui* serve como alerta para o presente e o futuro: o passado deve ensinar, por isso, não deve ser esquecido.

Lula: “Orgulho do nosso cinema, orgulho da nossa democracia”

» ISRAEL MEDEIROS

Autoridades brasileiras comemoraram a vitória de *Ainda estou aqui* no Oscar de Melhor Filme Internacional, ontem à noite, em Los Angeles, nos Estados Unidos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que esse domingo foi dia de “sentir ainda mais orgulho de ser brasileiro”. “Orgulho do nosso cinema, dos nossos artistas e, principalmente, orgulho da nossa democracia. Eu e Janja estamos muito felizes assistindo a tudo ao vivo”, escreveu no X.

Lula ainda enfatizou que a premiação é o reconhecimento do trabalho do diretor Walter Salles e da atriz Fernanda Torres (indicada ao prêmio de Melhor Atriz). Também citou Fernanda Montenegro — que fez uma participação no filme e foi indicada ao Oscar de melhor atriz em 1999 — e toda a equipe. “Todos os envolvidos nessa extraordinária obra que mostrou ao Brasil e ao mundo a importância da luta contra o autoritarismo. Parabéns! Viva o cinema brasileiro, viva *Ainda estou aqui*”, afirmou.

Em outra postagem, ele mandou uma mensagem para Fernanda Torres. “Você honrou o Brasil com sua brilhante atuação e encantou o mundo todo vivendo a grande Eunice Paiva”, destacou.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), presa e torturada pela ditadura militar, também comemorou o prêmio: “O Oscar de Melhor Filme Internacional para *Ainda estou aqui* é um reconhecimento da força da cultura brasileira. Uma homenagem merecida ao nosso cinema”, escreveu.

Durante o governo Dilma foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, em 2012, em que foram reveladas informações até então desconhecidas sobre o sequestro, o assassinato e a ocultação do cadáver de Rubens Paiva. As informações foram fundamentais para o livro *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), também deu os parabéns à equipe do filme. “O cinema brasileiro brilha na maior premiação do mundo, levando a nossa cultura

e identidade para milhões de espectadores. (...) Este prêmio não celebra apenas um filme, mas a resiliência do povo brasileiro”, postou o parlamentar.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também usou as redes sociais para comentar a conquista brasileira. “É nosso! Parabéns a todo o elenco de *Ainda estou aqui* por esse feito histórico”, destacou.

Leia mais sobre a vitória de *Ainda estou aqui* no Oscar nas páginas 5, 19, 21 e 22



Extraordinária obra que mostrou ao Brasil e ao mundo a importância da luta contra o autoritarismo. Parabéns!”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República